

Redes na REDE: uma aposta no futuro

Fernando do Carmo

Gabinete da RBE

A newsletter contém pela primeira vez um dossier, desta feita dedicado à Rede de Bibliotecas de S. Brás de Alportel, que vai ser formalmente inaugurada no dia 27 deste mês, precisamente no "Dia das Bibliotecas Escolares".

Dizemos formalmente porque há muito tempo que as bibliotecas das escolas e a biblioteca municipal funcionam exemplarmente em rede numa parceria efectiva, onde os parceiros se sentem iguais nos direitos e deveres.

A Rede vai institucionalizar-se nesse dia, através da assinatura de um protocolo que envolverá as escolas, a Câmara Municipal e outras instituições, como podem ver numa sugestiva imagem que a Dr. Teresa Oliveira, Bibliotecária Municipal, apresenta no seu artigo. Será dado a conhecer o portal que reflectirá toda a dinâmica da rede, envolvendo os parceiros e a comunidade em geral e conterà o catálogo colectivo, instrumento objectivo do trabalho colaborativo realizado por todos.

O Gabinete da RBE apresentou um programa, no ano passado, designado PCCRBE (Programa dos Catálogos Colectivos da RBE) que pretende, essencialmente, o desenvolvimento de redes de bibliotecas concelhias na mais ampla acepção do conceito de rede, usando o catálogo colectivo como um instrumento agregador e desencadeador de sinergias que levem à criação de laços, estruturas e organização que permitam a sua evolução e sustentabilidade e tenham como interface visível um portal que seja o espelho do seu dinamismo e criatividade.

A Rede de S. Brás de Alportel corresponde exactamente aos nossos propósitos.

Encerrado o capítulo da instalação das bibliotecas escolares, importa, agora, investir no aprofundamento da sua acção no interior da escola e na sua relação com a comunidade.

Num momento em que as Autarquias vão assumir um papel decisivo na execução dos objectivos nacionais para a educação, torna-se imperioso o desenvolvimento de parcerias onde se definam objectivos comuns e se planifiquem actividades que rentabilizem os recursos humanos e materiais.

Não podemos aceitar que as bibliotecas de um concelho trabalhem isoladas ou, quando procuram evitá-lo, não o façam como parceiros iguais numa caminhada onde se definam objectivos comuns.

Se as escolares têm objectivos de natureza pedagógica específicos e as públicas têm que responder a um conjunto de destinatários diversificados com necessidades múltiplas, não podemos, hoje em dia, considerar que num caso ou noutro estamos em presença de conjuntos que não se interceptam ou de acções que não possam contar com o contributo de todas elas.

A motivação para a leitura, a literacia da informação e o apoio ao currículo não se esgotam em qualquer um dos parceiros.

As escolas, passados 12 anos, apresentam instalações e equipamentos adequados, os recursos humanos possuem de uma maneira geral formação mínima indispensável e um número já razoável tem qualificação específica; os fundos documentais actualizaram-se e diversificaram-se em conteúdos e suportes, procurando dar resposta objectiva às necessidades dos nossos alunos; a Internet é uma realidade em todas as nossas bibliotecas, permitindo o acesso à informação e o desenvolvimento de competências nessa área.

Dissemos que o desenvolvimento de catálogos colectivos poderia ser um meio de levar as bibliotecas concelhias a trabalhar em conjunto e a desenvolver laços e nós que levem à constituição de redes.

Acreditamos que o trabalho em parceria entre as BM e as BEs, na verdadeira acepção do conceito, se levado à prática, virá resolver alguns dos obstáculos que se põem ao desenvolvimento dos catálogos das escolas: isolamento, falta de motivação, duplicação de tarefas, insuficiente formação (originando insuficiências técnicas que dificultam a fusão dos registos e levam à sua duplicação, dificultam a pesquisa e impedem a adesão a futuras evoluções dos sistemas bibliográficos que se basearão, naturalmente, nos princípios normalizados dos anteriores), desenvolvimento de catálogos escolares à margem das necessidades curriculares e pedagógicas em geral, gestão desequilibrada dos fundos documentais, resposta desadequada às necessidades da comunidade onde se inserem.

O inquérito respondido pelas escolas no ano lectivo passado permite concluir o seguinte:

1.º Ciclo

1. Das escolas do 1º Ciclo, cerca de 45% apresentam o catálogo em processo de elaboração;
2. Das escolas que procedem à catalogação apenas 60% apresentam 50% da totalidade do fundo tratado;
3. Apenas 15% das escolas afirmam não ter qualquer apoio da BM no tratamento documental
4. 46% das escolas afirmam que a catalogação é da responsabilidade da BM
5. As escolas referidas na alínea 4) representam cerca de 77% das que têm o fundo 100% tratado;
6. As escolas referidas na mesma alínea representam cerca de 67% das que têm o fundo 50% tratado;
7. Das escolas que afirmam que a catalogação é da responsabilidade da BM, apenas 27% não têm o fundo catalogado;
8. **21% têm o fundo totalmente catalogado**

Outros níveis de ensino

1. Nas escolas dos outros níveis de ensino 91% tem o catálogo em processo de elaboração;
2. Das escolas que procedem à catalogação 57% apresentam 50% da totalidade do fundo tratado.
3. Apenas 2% das escolas afirmam que a catalogação foi realizada pela BM.
4. 24% das escolas afirmam que têm alguma forma de apoio da BM no processo de catalogação
5. 13 % têm o fundo totalmente catalogado

No seu conjunto, apenas 14% das escolas de todos os níveis de ensino, disponibilizam o seu catálogo na internet.

Relativamente às bibliotecas dos 279 concelhos do continente e de acordo com as informações recolhidas na DGLB e no Directório de Bibliotecas Portugal <<http://bibliotecas.wetpaint.com/?t=anon>> passa-se o seguinte (relativamente a Setembro):

1. 169 pertencem à Rede Nacional de Bibliotecas Públicas;
2. Dos restantes 110, 73 têm biblioteca, alguns delas muito incipientes;
3. 60 bibliotecas municipais possuem catálogo em linha;
4. 15 têm experiência de organização de um catálogo colectivo embora em muitos casos, não possa ser assim considerado, porque se limita a apresentar os registos da BM de um lado e os das escolas do outro e, no caso destas, individualizados por vezes. Nem sempre as escolas envolvidas ultrapassam o 1º Ciclo.
5. 175 possuem um sítio na Web.

Cruzando, concelho a concelho, as escolas de qualquer nível de ensino que possuem mais do que 50% da catalogação e as bibliotecas municipais pertencentes à Rede de Leitura Pública, podemos seleccionar cerca de 104 concelhos onde, teoricamente, será mais fácil desenvolver uma rede de bibliotecas, usando o catálogo como motivação, embora saibamos que o empenhamento de um concelho menos capacitado inicialmente, pode ultrapassar barreiras e, por vezes, reunir com mais facilidade as condições materiais e políticas para atingir esta finalidade.

Um dos problemas que se põem relativamente à colocação do catálogo em linha é a falta de alojamento próprio. O Concelho de S. Brás de Alportel resolveu a situação porque, de facto funciona em rede, a Câmara colocou o servidor na Escola Secundária José Belchior Viegas e este será gerido pela escola, isto é, pelos professores com competências nesta área.

Neste dossier apresentamos a Rede de S. Brás de Alportel e o trabalho das escolas, em particular da Secundária, cuja biblioteca é coordenada pela Dr.ª Paula Correia, que disponibilizou generosamente um conjunto de instrumentos de apoio ao desenvolvimento das competências de informação dos alunos e não só. Obrigado.